

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS-ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: DOUTORADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Organizações, Inovação e Processos Colaborativos

**INOVAÇÃO E COLABORAÇÃO NO SETOR PÚBLICO PARA ATUAÇÃO EM
PROBLEMAS COMPLEXOS: O PAPEL DO GAECO-SC COMO ARRANJO
INTERORGANIZACIONAL PARA ENFRENTAMENTO DO CRIME ORGANIZADO**

031.727.359-07

Florianópolis

2025

PROPOSTA DE PESQUISA: INOVAÇÃO E COLABORAÇÃO NO SETOR PÚBLICO PARA ATUAÇÃO EM PROBLEMAS COMPLEXOS: O PAPEL DO GAECO-SC COMO ARRANJO INTERORGANIZACIONAL PARA ENFRENTAMENTO DO CRIME ORGANIZADO

1INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Problemas públicos como desastres ambientais, crises humanitárias, crises sanitárias e terrorismo apresentam uma elevada complexidade, tanto em sua abordagem quanto na busca por soluções. Esses desafios exigem ações integradas de diferentes organizações e atores, em múltiplos níveis. Problemas dessa natureza demandam múltiplas perspectivas, aprendizagem mútua e raciocínio conjunto. Foi com essa lógica que Rittel e Webber (1973) os denominaram wicked problems, ou problemas perversos.

Os problemas perversos se caracterizam por sua não estruturação, o que torna difícil a identificação e modelagem de suas causas e efeitos; pela interconexão de múltiplos subconjuntos de problemas, envolvendo diferentes domínios políticos e níveis de autoridade dentro e entre organizações; e, por fim, por sua persistência, sendo improvável que sejam resolvidos de maneira definitiva (WEBER; KHADEMIAN, 2008; DE ABREU; DE ANDRADE, 2019).

O crime organizado, por sua natureza interdisciplinar e suas características específicas (estrutura hierárquica, uso da violência, tecnologia avançada, lavagem de dinheiro, multiplicidade de crimes, entre outros), bem como pelos impactos econômicos e sociais que provoca, se configura como um problema público complexo. Do ponto de vista teórico, ele também pode ser analisado como um problema perverso. Vale destacar que, até o momento, não foram identificados estudos que abordem o crime organizado sob essa perspectiva teórica, sugerindo a existência de uma lacuna acadêmica a ser explorada nesse campo.

Esse fenômeno criminal representa um grande desafio para o Estado, cujas estruturas fragmentadas e desarticuladas, assim como suas formas tradicionais de atuação, frequentemente se mostram insuficientes para enfrentá-lo. Diante disso, faz-se necessária a adoção de novos modelos de atuação, que em alguns casos envolvem arranjos organizacionais inovadores e formas de colaboração na esfera pública. Nessa perspectiva, ações estatais

voltadas para a cooperação interinstitucional podem ser analisadas como inovações no setor público (KETTL, 2005; OSBORNE, 2006; ANSELL; TORFING, 2014).

No Brasil, como resposta ao desafio do combate à criminalidade organizada, observa-se o estabelecimento sistemático de parcerias estratégicas. Essas parcerias, formalizadas por meio de arranjos colaborativos entre instituições da área de Segurança Pública e Persecução Penal (como Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público), adotam diferentes configurações, incluindo cooperação, coordenação, redes e parcerias, com o objetivo de aperfeiçoar a atuação estatal e otimizar esforços e recursos na investigação de organizações criminosas.

A formação de equipes de investigação conjuntas, estruturadas no formato de forças-tarefas, tem sido uma estratégia amplamente adotada em todos os estados brasileiros para a apuração de crimes cometidos por organizações criminosas. Essas estruturas permitem a integração de esforços e recursos, além da aplicação de técnicas especiais de investigação, como colaboração premiada, interceptação telefônica e telemática, rastreamento de fluxos financeiros e infiltração de agentes, entre outras.

Nesse contexto, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), coordenado pelo Ministério Público e presente em todos os estados da federação, representa um desses arranjos colaborativos interorganizacionais. A partir da perspectiva da inovação no setor público, o GAECO pode ser analisado como uma estrutura inovadora, pois rompe com o modelo tradicional fragmentado de combate ao crime organizado e propõe uma abordagem mais integrada, ágil e eficiente. Seu funcionamento baseia-se na colaboração entre diferentes órgãos estatais, compartilhando inteligência, expertise e recursos, o que fortalece a capacidade de enfrentamento a organizações criminosas.

Além disso, o GAECO se enquadra na lógica da inovação em governança pública, pois introduz novas formas de coordenação interinstitucional, promovendo maior eficiência na persecução penal e na desarticulação do crime organizado. A aplicação de metodologias investigativas avançadas e o uso intensivo de tecnologia reforçam seu caráter inovador, contribuindo para a modernização das estratégias de segurança pública. Assim, **o GAECO pode ser compreendido como um exemplo de inovação no setor público voltado ao enfrentamento de problemas perversos, como o crime organizado, demonstrando a importância de arranjos interorganizacionais para lidar com desafios complexos e persistentes.**

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Os arranjos inter-organizacionais na esfera pública representam uma inovação no setor público ao promoverem a colaboração entre diferentes instituições governamentais, privadas e do terceiro setor para solucionar problemas complexos de forma mais eficiente e eficaz. Esses arranjos podem assumir diversas formas, como consórcios públicos, parcerias público-privadas (PPPs), redes de governança colaborativa e acordos intermunicipais.

Arranjos interinstitucionais na esfera pública, materializados em forças-tarefas ou grupos especiais como o GAECO, apresentam um grande desafio, que é a **coordenação** de diferentes instituições públicas, como suas diversas competências legais, culturas organizacionais, estruturas e forma de atuação, para realizar atividades de investigação conjuntas de grupos criminosos organizados.

O **modelo de gestão pública** do tipo burocrático vem sendo questionado por sua morosidade, ineficiência e distanciamento das necessidades do cidadão, dando lugar a modelos baseados em valores tais como descentralização e eficiência na prestação de serviços (OSBORNE; GAEBLER, 1994).

Diante disso, **novas necessidades** trazem à tona a exigência de se olhar para a Gestão Pública a partir de outra perspectiva (Maqdliyan & Setiawan, 2023), dando origem a **novos modelos de gestão**.

Ansell e Torfing (2014; 2023) ressaltam que os tomadores de decisão necessitam de **soluções inovadoras para fazer frente aos desafios do ambiente político complexo**. Entre os inúmeros problemas complexos enfrentados pela sociedade encontra-se o **fenômeno da criminalidade organizada**. Tal fenômeno, por sua natureza interdisciplinar e suas características, aliado aos problemas econômicos e sociais decorrentes de sua atuação, se apresenta em todo o mundo como um *wicked problem*.

No Brasil, com vistas ao enfrentamento ou à minimização da ação de grupos criminosos, o Estado têm buscado estimular o desenvolvimento de investigações realizadas por meio de atuação integrada de diferentes instituições, com a **comunhão de esforços e recursos, formando as denominadas forças-tarefas ou grupos especiais**. A complexidade desse arranjo interinstitucional traz consigo o desafio da coordenação de diferentes instituições públicas com suas atribuições legais, culturas, estruturas organizacionais, modelos

de atuação, metas e formas de comunicações próprias dispostas em uma estrutura responsável por investigar organizações criminosas.

Com base nessa Experiência no Brasil, **o objetivo da pesquisa é de investigar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado em Santa Catarina (GAECO-SC), à luz da literatura sobre inovação no setor público.**

Estruturas que se alinham com conceitos de inovação no setor público possuem algumas características como forma de organizacional, governança mais flexível e adaptável, além de seu desenho de arranjo em torno de conceitos como **colaboração, parcerias e rede** para fazer frente um determinado problema público (MCGUIRE, 2006).

Ante o exposto, defronta-se com a seguinte questão-problema: **O arranjo colaborativo interorganizacional voltado para investigação de organizações criminosas em Santa Catarina denominado GAECO pode ser caracterizado como inovação no setor público para enfrentamento de problemas perversos? Como o GAECO de Santa Catarina configura-se como uma inovação no setor público no enfrentamento de problemas perversos do crime organizado?**

Apesar de suas vantagens, esses arranjos enfrentam desafios como a necessidade de coordenação eficaz, a definição clara de responsabilidades e a superação de possíveis resistências políticas. No entanto, com mecanismos de governança bem estruturados, tais obstáculos podem ser mitigados, garantindo que a inovação interorganizacional contribua para um setor público mais eficiente e voltado para resultados. Compreender o nível de impacto das relações, fatores que contextualizam que dão ensejo a formação e estruturação destes tipos de arranjos com uma atuação colaborativa e eficiente das instituições que atuam em um arranjo colaborativo interorganizacional, torna-se essencial para que se possa avançar em estruturas deste tipo.

Desta forma, a partir das hipóteses levantadas em relação ao contexto e situação explorados e da questão-problema definida, preliminarmente, meu argumento central é **a tese que defendo é que:** Sob a perspectiva da inovação no setor público, que não se resume apenas à adoção de novas tecnologias, mas também à reestruturação das formas de gestão e governança, os arranjos interorganizacionais inovam ao substituir modelos tradicionais, fragmentados e burocráticos por estruturas mais flexíveis e adaptáveis, permitindo respostas mais ágeis às demandas sociais, assim defendo que: **Arranjos colaborativos**

interorganizacionais voltados ao combate de organizações criminosas, se caracterizam como inovações no setor público que resultam em uma resposta a este tipo de problema perverso.

Segue a apresentação dos objetivos da proposta de pesquisa.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Estudar o impacto de um arranjo colaborativo interorganizacional voltado a investigação de organizações criminosas em Santa Catarina, sob a perspectiva de uma inovação no setor público, como forma de fazer frente a este tipo de problema complexo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar o fenômeno do crime organizado sob a perspectiva teórica dos problemas complexos.
- Estudar inovação no setor público a partir das principais abordagens teóricas.
- Identificar os principais arranjos e processos colaborativos interorganizacionais formais, existentes para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.
- Caracterizar o arranjo colaborativo interorganizacional que envolve o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) em Santa Catarina, descrevendo as atividades/tarefas realizadas, buscando verificar sob a espectro de inovação no setor público, para atuar em problemas públicos complexos.

1.4 JUSTIFICATIVA/CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

1.4.1 Relevância teórica e empírica da pesquisa

O projeto apresenta potencial para contribuir na coleta de dados inéditos e na produção de conhecimentos originais sobre os arranjos interorganizacionais e o impacto de inovações no setor público para atuar em problemas perversos. Bem como analisar estruturas

colaborativas formadas por órgãos públicos criadas para responder a um problema complexo - organizações criminosas. Visando ainda aprofundar e suprir algumas lacunas teóricas no campo das colaborações na esfera pública para abordagem de problemas complexos (processos e tipos de arranjo), arranjos interorganizacionais como inovação no setor público e mecanismos de coordenação interorganizacionais.

A contribuição prática da pesquisa está na possibilidade de detalhamento e melhor entendimento de como ocorre a formação (quais fatos estruturais, logísticos, legais e institucionais) e coordenação em um arranjo colaborativo interinstitucional, na esfera pública, quais os mecanismos utilizados e impacto ação deste tipo de arranjo. **Ainda, pelo fato do crime organizado de apresentar como fenômeno mundial, estruturas e processos colaborativos envolvendo órgãos públicos existem nas mais variadas configurações e nos mais variados contextos, mas guardam similitude quanto a objetivos e princípios não apenas em outros estados da federação como em muitos países.** Tal fato possibilita a realização de validação dos achados de eventual pesquisa desenvolvida com base no presente projeto, bem como realização de estudos comparativos, com **outras estruturas colaborativas semelhantes no mundo.**

1.4.2 Vinculação com o curso/linha e grupo de pesquisa

A proposta de pesquisa de tese tem como área de concentração **organizações da esfera pública**, buscando entender, a partir de uma perspectiva epistemológica baseada na complexidade e aportes teóricos inovadores, como arranjos colaborativos interorganizacionais, compreendidos sob a perspectiva de inovação organizacional e institucional para fazer frente aos desafios que problemas sociais complexos impõe ao Estado, são coordenados. Ainda, por meio de uma abordagem analítica interdisciplinar, desenvolver investigação sobre **quais os fatores proporcionam e apontam para a atuação interorganizacional, e direcionam para a base teórica relacionada a inovação no setor público, bem como o impacto desse tipo de inovação frente a problemas perversos, como no caso das organizações criminosas.**

1.4.3 Justificativa pessoal

O interesse do pesquisador em desenvolver a pesquisa está ligado a oportunidade única de dar continuidade ao estudo do tema abordado (**arranjos interorganizacionais para enfrentamento de problemas perversos como inovação do setor público**) em recente pesquisa desenvolvida em dissertação, possibilitando seu aprofundamento. A formação e titulação pretendida auxiliarão no desenvolvimento e aperfeiçoamento de carreira no campo acadêmico, inclusive junto a área de ensino na instituição pública da qual o pesquisador faz parte.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

Problemas complexos e multifacetados, como os problemas sociais e ambientais, nas mais diversas áreas, tais como desastres ambientais, criminalidade, mudanças climáticas, são perversos, de difícil resolução, solução temporária ou imperfeita, desafiam os esforços para delinear seus limites e identificar suas causas, não sendo passíveis de pensamento linear (AGRANOFF; MCGUIRE, 2001; KOZUCH; MALYJUREK, 2016). Rittel e Webber (1973) cunharam a expressão *wicked problems* ou problemas perversos se referindo a tais problemas públicos, destacando algumas de suas características: causas e efeitos são de difícil identificação ou definição, não possuem solução definitiva, tentativas de resolução podem gerar outros problemas, se apresentam como sintoma/resultado de outros problemas.

O **crime organizado** deve ser encarado como problemática emergente, por conta dos impactos negativos que este fenômeno exerce sobre os campos social, econômico, político e mesmo jurídico dos países. Tal problema, com sua perversidade, afeta diretamente a segurança física de cidadãos, comunidades, empresas, podendo inclusive causar danos psicológicos às pessoas (MONTROYA, 2007; AYLING; BROADHURST, 2012; LEVI 2014). Em consequência da modernização de meios de comunicação, meios de transporte e do processamento de dados, além da aceleração e do aumento no volume do fluxo de pessoas, bens e capital, o fenômeno denominado crime organizado vem apresentando forte incremento, tornando-se mais flexível e estruturado e, conseqüentemente mais complexo e custoso economicamente para a sociedade e para o Estado (MENDRONI, 2016; SOUZA, 2019).

Os **arranjos colaborativos interinstitucionais**, como estratégias de colaboração entre órgãos públicos, que possuem responsabilidades compartilhadas, representam um conceito amplo, abrangendo diversos tipos de atividades/ações (AGRANOFF; MCGUIRE, 1999; KAISER, 2011), podendo ser destacadas a **colaboração, a coordenação e as redes**, não

havendo consenso entre os autores quanto à nomenclatura e conceituação adotada tais categorias, acabam se sobrepondo complementam ou reforçam, sendo a colaboração um conceito que parece mais abrangente, frente aos demais mencionados (KAISER, 2011; KOZUCH; MALYJUREK, 2016).

No campo de atuação entre instituições públicas, a **colaboração interorganizacional** reconhece um grau de voluntarismo nos participantes, por deliberação própria quanto à participação, refletindo paridade entre os órgãos participantes que formam uma organização composta por outras organizações. Por meio de regras de colaboração, com base em fatores organizacionais e legais, executam funções, institucionalizando regras, procedimentos e processos (MCGUIRE, 2006; KAISER, 2011; KOZUCH; MALYJUREK, 2016).

A **coordenação interorganizacional** pode ser definida como uma forma específica de colaboração mais verticalizada, ocorrendo quando uma agência líder, com autoridade formal sobre várias organizações, as direciona a colaborar para alcançar um propósito comum especificado, instruindo, liderando ou dirigindo outros membros; é uma atividade deliberada para convergência de decisões e ações (REGENS, 1988; ALEXANDER, 1993; KAISER, 2011).

Pretende-se cotejar e estudar conceitos da inovação no setor público a partir de diversas abordagens teóricas, que analisam como novas práticas, processos e tecnologias podem melhorar a gestão pública e a prestação de serviços à sociedade, dentre as abordagens teóricas tem-se a **Teoria da Governança Pública**.

Algumas abordagens teóricas do tema podem ser combinadas e revisitadas para analisar o GAECO de Santa Catarina como um arranjo inovador no setor público, especialmente no enfrentamento do crime organizado, que é um problema perverso.

3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLOGIA

O pressuposto filosófico, a postura epistemológica que orienta o pesquisador na presente investigação segue a **abordagem sistêmica complexa transdisciplinar**; partindo-se do pressuposto que a extensão da problemática que envolve o crime organizado exige um esforço de reflexão que permita um olhar ampliado para a complexidade a ela inerente. Diante disso e das características do crime organizado apontadas por Levi (2014), novas abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas sobre as organizações criminosas devem ser experimentadas.). Para tanto, busca-se um estudo **exploratório e descritivo** do fenômeno

cujo caráter foca especificamente no tipo de evidência (o que as pessoas dizem ou fazem), proporcionando o entendimento do significado do que está acontecendo (GILLHAM, 2000); onde a experiência pessoal do pesquisador, a intuição e o ceticismo, trabalham em conjunto, buscando aprimorar as teorias e os experimentos, se baseando principalmente na percepção e na compreensão humanas (STAKE, 2010).

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

O método de abordagem adotado é o **abduativo**, processo de investigação científica desenvolvido por Charles Sanders Peirce, em seus *Collected Papers* (1935-66), no qual “o raciocinador examina suas particularidades e percebe algum traço marcante ou relações entre elas, o que, de imediato, reconhece como sendo característico de alguma concepção que já se encontra estocada em sua mente e assim, sugere uma teoria que poderia explicar (...)”. De acordo com PEIRCE (1983) a abdução “é o processo para formar hipóteses explicativas. É a única operação lógica a introduzir ideias novas; pois que a indução não faz mais que determinar um valor, e a de dedução envolve apenas as consequências necessárias de uma hipótese pura.”

A inferência hipotética ou abdução seria um processo em que o investigador é confrontado com um fato observado, e com o objetivo de explicar e compreender tal fato, busca na sua mente um vislumbre de teoria, uma “conhecida lei ou regra da natureza ou verdade geral”, que buscará explicar o fato. Em resumo, entre o resultado e a regra surge a abdução, que deriva, ao final, com a postulação de uma hipótese satisfatória (HARROWITZ, 1983).

A pesquisa que se pretende desenvolver, por conta de suas características, no que concerne a forma de abordar o objeto de estudo é de natureza **qualitativa**, quando permite a interpretação de como ocorre, na prática, a colaboração e especificamente a coordenação de agentes públicos integrantes de um arranjo interorganizacional voltado a investigação de organizações criminosas, além de possibilitar a compreensão do significado e a descrição desse fenômeno, em seu contexto (GOLDENBERG, 1999; STAKE, 2010).

A escolha da adoção da pesquisa qualitativa, e os procedimentos e técnicas dela decorrentes, se justificam em função da possibilidade de se investigar situações em que pouco se sabe sobre o que está acontecendo; explorar as complexidades e o interior de uma organização ou grupo para descobrir o que realmente está acontecendo, estudando o

fenômeno a partir da perspectiva dos envolvidos; e efetuar pesquisas sobre processos que levam a resultados e não necessariamente sobre o significado dos resultados (GILLHAM, 2000).

Com a escolha metodológica busca-se reunir o maior número de dados detalhados, por intermédio de profundo mergulho no fenômeno investigado, com adoção de diferentes ações, técnicas e instrumentos almejando apreender nas fontes consideradas, a complexidade da situação e do fenômeno (GOLDENBERG, 1999).

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Quanto a estratégia de pesquisa adotada, o modo de investigação estabelecido é o **estudo de caso**, buscando abordá-lo e trazer entendimento em seus próprios termos (GOLDENBERG, 1999). Como estratégia de pesquisa alinhada a perspectiva pragmática de abordagem do objeto de estudo, o estudo de caso possibilita trabalhar a evolução histórica do contexto e a interação entre o objeto e o pesquisador na construção de significados, permitindo uma abordagem subjetiva do pesquisador embasada por evidências empíricas, detalhes do contexto, identificados no caso (CRESWELL, 2003). A complexidade do fenômeno, que se pretende abordar, em seus processos ou eventos, refere-se ao nível de detalhamento das relações entre indivíduos de diferentes organizações públicas que atuam em um arranjo interinstitucional (YIN, 2005), bem como o estudo do impacto das relações na coordenação das atividades desenvolvidas neste arranjo.

3.3 HIPÓTESES OU PRESSUPOSTOS DE PESQUISA

Como hipóteses de pesquisa decorrentes da fundamentação teórica preliminar com base na problemática de pesquisa é possível estabelecer:

- *Organizações criminosas, por conta de suas características e impactos sociais decorrentes, apresentam-se como problemas públicos complexos, wicked problems.*
- *Para fazer frente ao problema complexo do crime organizado, arranjos colaborativos interorganizacionais são criados, sendo que dentro destas colaborações surge a necessidade de gerenciamento das tarefas, de coordenação, a qual se desenvolve através de mecanismos estruturados e não estruturados. Dentro das colaborações desenvolvidas na esfera pública, voltadas a resolução de problemas complexos, a coordenação é elemento essencial.*
- *O GAECO de Santa Catarina se mostra como um arranjo inovador no setor público, especialmente no enfrentamento do crime organizado, que é um problema perverso, por conta de alguns fatores.*
- *O GAECO de Santa Catarina não se mostra como um arranjo inovador no setor público, especialmente no enfrentamento do crime organizado, que é um problema perverso, por conta de alguns fatores.*

3.4 DEFINIÇÃO E FORMA DE ANÁLISE DE CATEGORIAS

Com base na fundamentação teórica preliminar e hipóteses apresentados anteriormente foram estabelecidas dimensões e categorias de análise, as quais articularão o modelo de análise e servirão de base para o desenvolvimento da pesquisa: articulação da base teórica, desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados e análise dos resultados.

Pretende-se articular conceitos e modelos de gestão pública bem como soluções inovadoras na área para enfrentamento de problemas públicos complexos.

3.5 CONTEXTO DA PESQUISA: DELIMITAÇÃO, UNIDADE DE ANÁLISE E AMOSTRAGEM

A presente pesquisa ocorrerá, geograficamente, no Estado de Santa Catarina, tendo como unidade de análise o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), o qual se encontra estruturado por uma coordenação geral e 08 (oito) grupos regionais. A coordenação geral fica localizada em Florianópolis/SC e os grupos regionais estão estabelecidos em Florianópolis/SC, Joinville/SC, Chapecó/SC, Criciúma/SC, Lages/SC, Itajaí/SC, Blumenau/SC e São Miguel do Oeste/SC. O GAECO conta atualmente com cento e trinta (130) agentes públicos, representantes do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Polícia Militar (PMSC), Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Secretaria de Estado Fazenda de Santa Catarina (SEF), atuando diretamente na coordenação e nos grupos, em atividades conjuntas de investigação que tem por alvo estruturas criminosas organizadas, sendo que esta atuação é regrada por termos de cooperação técnica, sob princípios de colaboração.

Cada grupo regional é formado constituído por um Promotor de Justiça, com função de coordenador, um Oficial da PMSC e um Delegado da PCSC, responsáveis por gerenciar as atividades do respectivo efetivo policial à disposição.

Como amostra pretende-se adotar a forma não probabilística intencional, utilizando como **critérios de escolha** para realização das entrevistas: ser agente integrante do GAECO Promotor de Justiça, Policial Militar, Policial Civil, Policial Rodoviário Federal ou Auditor Fiscal da Fazenda; estar em função de chefia, atuando junto ao grupo, representando uma das instituições; estar em função de execução (operacional), atuando junto ao grupo, representando uma das instituições; estar em atividade no GAECO há 01 (um) ano, pelo menos.

A observação participante será realizada com a presença do pesquisador, na sede da Coordenação geral e em cada sede dos grupos regionais, em dias e momentos diversos, com foco em atividades rotineiras do grupo (interações entre os agentes públicos, reuniões de trabalho, desenvolvimento de tarefas individuais e coletivas relacionadas a atividades de investigações conjuntas, etc.) e atividades voltadas à deflagração de operações (reuniões preparatórias, coordenação das atividades em campo, etc.).

3.6 PROCEDIMENTOS DE BUSCA E COLETA DE EVIDÊNCIAS

Em sede de pesquisa qualitativa, as técnicas de coleta de evidências mais comuns são a entrevista, a observação e o exame de artefatos, incluindo documentos (STAKE, 2010). Desta forma, a investigação proposta pretende se valer da **pesquisa documental** (LAKATOS; MARCONI, 2003), da realização de **entrevistas** em profundidade semiestruturadas, com uso de um roteiro de entrevista pré-definido, com perguntas abertas, lastradas no quadro teórico e objetivos da pesquisa (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Ainda, pretende-se valer da **observação participante**, onde o pesquisador observador, que neste caso, faz parte da estrutura investigada, experimenta pessoalmente o fenômeno estudado para um acompanhamento prolongado e minucioso das situações, para melhor compreendê-lo, apreendendo comportamentos e transformações no momento em que se desenvolvem, as consequências produzidas e o contexto envolvido (GOLDENBERG, 1999; QUIVY, 2005; STAKE, 2010), todos com o objetivo de coletar a maior quantidade de informações possíveis. Por meio de um roteiro de observações, constando dados básicos como data, hora e local das observações, as observações serão materializadas em apontamentos e comentários, os quais serão posteriormente transcritos em documento digital, ao longo do período de observação, com o objetivo de constar a informações, com foco nas dimensões e categorias analíticas relacionadas aos objetivos da pesquisa.

3.7 PROCESSOS, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O processo de exploração do material envolverá a coleta, a organização e o tratamento dos dados, com posterior identificação de expressões, palavras e esquemas que tenham relação com as dimensões e categorias analíticas decorrentes da revisão teórica. Para organização, tratamento e análise dos dados coletados pretende-se utilizar as fontes teóricas

para obtenção das categorias analíticas, as quais subsidiarão **análise de conteúdo**, sendo esta caracterizada por um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com o objetivo de enriquecer a leitura e extrair conteúdos relevantes e outros significados intrínsecos na mensagem analisada (BARDIN, 2011).

Os conteúdos das mensagens podem ser especificados por temas relacionados a determinados conceitos, que auxiliarão na correlação com as categorias de análise relacionadas aos objetivos da pesquisa, imprimindo sentido e valor ao enunciado ou conceito (LAVILLE; DIONNE, 1999). Com vistas a ampliar a confiabilidade dos dados, pretende-se **triangular as fontes de evidência**, consistentes nos resultados obtidos da análise documental, das entrevistas e da observação, de forma a permitir a descrição e melhor compreensão do fenômeno em estudo (GOLDENBERG, 1999). De acordo com Yin (2005), a utilização de diversas fontes de informações é necessária, principalmente nos estudos de caso, onde é possibilitada a análise de aspectos convergentes e divergentes das evidências coletadas, o que permite **encadeamento de evidências** e conclusões possivelmente mais completas.

3.8 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PREVISTAS

Como facilitador à realização da pesquisa e desenvolvimento da tese é possível apontar o fato do pesquisador ter desenvolvido recentemente dissertação relacionada ao tema que pretende aprofundar: atuação interorganizacional na esfera pública; bem como o fato de o pesquisador ter integrado um arranjo interorganizacional objeto de estudo, o que pode auxiliar no acesso a informações, coleta de dados e apresentação do produto final da pesquisa, com vistas a que os resultados da mesma possam, de alguma forma impactar ou auxiliar na melhoria dos trabalhos desenvolvidos. Como fatores restritivos ao desenvolvimento da pesquisa proposta podem ser destacados o fato do pesquisador ter que conciliar suas atividades profissionais como funcionário público estadual e com as atividades acadêmicas, que exigem tempo para o cumprimento dos créditos e realização da pesquisa; bem como a presença de algum viés na coleta e análise dos dados coletados, e interpretações com juízo de valor, decorrente do fato do pesquisador fazer parte da estrutura/organização objeto da pesquisa (GOLDENBERG, 1999). O quadro 02 sintetiza o caminho e desenho metodológico, que se pretende implementar na pesquisa.

QUADRO 02 - Desenho da pesquisa – Síntese do método

DESENHO DA PESQUISA - SÍNTESE DO MÉTODO			
ABORDAGEM DA PROBLEMÁTICA E DO OBJETIVO GERAL DA PESQUISA (MORIN, 2021; GOLDENBERG, 1999; GILLHAM, 2000; CRESWELL, 2003; STAKE, 2010, LEVI, 2014, NEVES, 2021)	Sistêmico-Complexa-Transdisciplinar Exploratória Descritiva Qualitativa		
TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS (LAVILLE; DIONNE, 1999; GOLDENBERG, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2003; QUIVY, 2005; STAKE, 2010)	Levantamento documental	- Enfoque nas informações relacionadas as categorias analíticas.	TESE
	Entrevista Semiestruturada	- Realizada de acordo com amostra probabilística não intencional, tendo como alvo agentes públicos integrantes da Organização investigada que exercem função de chefia e execução das atividades. - Uso de roteiro de entrevista a ser validado por grupo de especialistas e pesquisadores. - Foco nas informações relacionadas as categorias analíticas.	
	Observação participante	- Roteiro de observações , para coleta de informações, com foco nas dimensões relacionadas aos objetivos da pesquisa e as categorias analíticas.	
TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS (LAVILLE; DIONNE, 1999; GOLDENBERG, 1999; YIN, 2005; BARDIN, 2011)	Análise de conteúdo	- Exploração do material: identificação e organização de expressões, palavras, esquemas, etc.; que tenham relação com as dimensões e categorias analíticas decorrentes de revisão teórica. - Tratamento dos dados e resultado, interpretação e correlações; - Encadeamento de evidências.	
	Triangulação de evidências	- Correlação dos postulados teóricos resultantes da revisão teórica e das categorias analíticas com os resultados obtidos da análise documental, entrevistas semiestruturadas e observações.	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Segue a apresentação do cronograma estabelecido para desenvolvimento da pesquisa.

4 CRONOGRAMA

Cronograma projetado para o desenvolvimento de atividades e respectivas entregas em blocos sucessivos de tempo de três meses.

QUADRO 03 - Cronograma para o desenvolvimento da tese

	ANO	2025		2026				2027				2028			
	TRIMESTRE	3°	4°	1°	2°	3°	4°	1°	2°	3°	4°	1°	2°	3°	4°
Programação de atividades	Validar os créditos obrigatórios (48 ou 720 h/a) já cursados: 07 disciplinas obrigatórias e 05 eletivas.														
	Estado da Arte e Revisão Sistemática – ensaio teórico sobre a tese.														
	Desenvolver projeto de pesquisa														
	Banca de defesa do projeto de tese														
	Ajustes no projeto após qualificação														
	Elaboração e validação dos instrumentos de coleta de dados : questionário, entrevista e roteiro de observação.														
	Coleta de dados														
	Análise dos dados														
	Redação da tese														
	Banca de defesa da tese														

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

5 REFERÊNCIAS

ADLER, P. S. Interdepartmental interdependence and coordination: The case of the design/manufacturing interface. **Organization Science**, 6: 147–167, 1995.

AGRANOFF, R. Leveraging Networks: A Guide for Public Managers Working across Organizations. Washington, DC: **IBM Endowment for the Business of Government**, 2003.

AGRANOFF, R.; MCGUIRE, M. **Managing in Network Settings**. Policy Studies Review, 1999.

_____. Big Questions in Public Network Management Research. **Journal of Public Administration Research and Theory**. p. 295-326, 2001.

ALEXANDER, E. R. Interorganizational Coordination: Theory and Practice. **Journal of Planning Literature**. Vol. 7, n 4, p. 328-343. 1993.

ANSELL, C.; TORFING, J. **Public innovation through collaboration and design**. New York: Routledge. 2014.

ARGOTE, L. Input uncertainty and organizational coordination in hospital emergency units. **Administrative Science Quarterly**. p. 420-434, 1982.

AYLING, J.; BROADHURST R. **The Suppression of Organized Crime: New Approaches and Problems**, 2012.

ALPERSTEDT, G. D.; HOFFMANN, M. G.; SÁ, V. V. de. Mecanismos públicos de coordenação e wicked problems: estudo de um arranjo interorganizacional voltado ao combate do crime organizado em Santa Catarina. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 877–925, 2022

ALPERSTEDT, G. D.; SÁ, V. V. de; CRESTANI, M. C. de S.; ARDIGO, J. P.; NODARI, E. Crime Organizado como Problema Perverso: Contribuições da Epistemologia Sistêmico-Complexa-Transdisciplinar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 6, p. e4589, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n6-160. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4589>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CRESWELL, J. W. Research Design: **Qualitative, Quantitative, and Mixed Method Approaches**. Thousand Oaks, Sage Publications, 2nd ed, 2003.

CLAGGETT, J. L.; KARAHANNA, E. Unpacking the Struture of Coordination Machanisms and the Role os Relational Coordination in Era of Digitally Madiated Work Processes. **Academy of Management Review**. Vol. 43. n 04, 2018.

DE ABREU, Mônica Cavalcanti Sá; DE ANDRADE, Raphael de Jesus Campos. Dealing with wicked problems in socio-ecological systems affected by industrial disasters: A framework for collaborative and adaptive governance. **Science of the total environment**, v. 694, p. 133700, 2019.

ESPINOSA J. A., LERCH J., KRAUT R. Explicit vs. implicit coordination mechanisms and task dependencies: One size does not fit all. In Salas E. Fiore S. M. (Eds.), Team cognition: Understanding the factors that drive process and performance: 107–129. Washington, DC: **APA Books**, 2004.

GARDET, E.; MOTHE, C. The dynamics of coordination in innovation networks. **Eur. Manag. Rev.**, 8, p. 213–229, 2011.

GILLHAM, Bill. **Case Study Research Methods**. London: Continuum, 2000.

GITTELL, J. H. Coordinating mechanisms in care provider groups: Relational coordination as a mediator and input uncertainty as a moderator of performance effects. **Management Science**, 48: 1408–1426, 2002.

GOLDENGERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRANDORI, A; SODA, G. Inter-firm network: antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**, p. 183-214, 1995.

HARROWITZ, N. **O Arcabouço do Modelo de Detetive: Charles S. Peirce e Edgar Allan Poe**. In: ECO, Umberto; THOMAS A. Sebeok (Orgs). **O Signo do Três**. São Paulo: Perspectiva. 2014.

JENNINGS JR., E. T.; KRANE, D. Coordination and Welfare: The Question for the Philosopher's Stone. **Public Administration Review**, vol.54, n 4, p. 341-348, 1994.

KAISER, F. M. *Interagency Collaborative Arrangements and Activities: Types, Rationales, Considerations*. **Congressional Research Service. Report for Congress**, 2011.

KAPUCU, N. Interagency communication networks during emergencies: Boundary spanners in multiagency coordination. **American Review of Public Administration**: 207-225, 2006.

KOZUCH, B.; MALYJUREK, K. S. Inter-organisational coordination for sustainable local governance: **Public safety management in Poland**. Sustainability. Switzerland, 2016.

KETTL, D. F. The global public management revolution. 2. ed. Washington, DC: **Brookings Institution Press**, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEVI, M. **Thinking about Organised Crime**. The RUSI Journal, 2014.

MALONE, T.; CROWSTON, K. The interdisciplinary study of coordination. **ACM Computing Surveys**. p. 87-119, 1994.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Organizations**. Cambridge, MA: Wiley-Blackwell, 1958.

MCGUIRE, M. Collaborative Public Management: Assessing What We Know and How We Know It. Indiana University – Bloomington, **Public Administration Review**. Special Issue, 2006.

MENDRONI, M. B. **Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismos legais**. 6. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2016.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo de estratégia**. Porto alegre: Bookman, 2001.

MONTOYA, M. D. **Máfia e Crime Organizado. Aspectos legais. Autoria mediata. Responsabilidade Penal das Estruturas Organizadas de Poder. Atividades Criminosas**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, C. Explorando as potencialidades da complexidade para o estudo das políticas públicas em educação: o exemplo da União Europeia. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 19-36, jan. 2021.

OKHUYSEN, G. A.; BECHKY, B. A. Coordination in organizations: An integrative perspective. **Academy of Management Annals**, 3: 463–502. 2009.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**. Reading, MA: Addison-Wesley. 1994.

PEIRCE, C. S. **Escritos Coligidos**. Seleção de Armando Mora D'Oliveira; tradução Armando Mora D'Oliveira e Sergio Pomerangblum. A Classificação das Ciências e Elementos de Lógica. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PEIRCE, C. S. The Collected Papers of Charles Sanders Peirce. Ed Charles Hartschorne, Paul Weiss, Arthur W. Burks. **Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press**. 1994.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

QVIST, M. Activation Reform and Inter-Agency Co-operation - Local Consequences of Mixed Modes of Governance in Sweden. **Social Policy & Administration**. p. 19-38, 2016.

REGENS, J. L. Institutional Coordination of Program Action: A Conceptual Analysis. **International Journal of Public Administration**, vol. 11, n 2, p.135-154, 1988.

RICO, R., SANCHEZ-MANZANARES, M., Gil, F.; GIBSON, C. Team implicit coordination processes: A team knowledge-based approach. **Academy of Management Review**, 33: 163–184, 2008.

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy Sciences**, v. 4, p. 155-169, 1973.

SOUZA, I. B. P. **Equipes conjuntas de investigação na cooperação jurídica internacional em matéria penal**. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

STAKE, R. E. Qualitative research: studying how things work. **The Guilford Press a Division of Guilford Publications**, 2010.

VAN DE VEN, A. H., DELBECQ, A. L.; KOENIG, R. Determinants of coordination modes within organizations. **American Sociological Review**, 41: 322–338, 1976.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WEBER, E. P; KHADEMIAN, A. M. Wicked problems, knowledge challenges, and collaborative capacity builders in network settings. **Public Administration Review**, 68, 334-349., 2008.